

**CASINHAS, BANCOS E VÃOS DE COLUNAS: A
PRAÇA DO MERCADO DE PARANAGUÁ NO
SÉCULO XIX**

Rodrigo Sartori Jabur

rodrigossjab@yahoo.com.br

**ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Casinhas, bancos e vãos de colunas: a Praça do Mercado de Paranaguá no século XIX

RESUMO

Com a criação da Província do Paraná, em meados do século XIX, iniciou-se um programa, através de seu primeiro presidente, Zacarias de Góes e Vasconcellos, que objetivava a construção de edifícios públicos nas principais cidades paranaenses. Dentre estas cidades, estava Paranaguá, situada no litoral da nova província, era ponto importante no escoamento da erva-mate, produto que promoveu o desenvolvimento da economia paranaense durante o século XIX. Neste programa de edificações públicas, foi autorizada para a cidade de Paranaguá, a construção de uma Praça do Mercado, reunindo em um mesmo espaço parte do comércio de produtos agrícolas e industrializados, que através de normas e regulamentos foram organizados em setores e obedeciam a certos padrões de higiene no manuseio e exposição dos alimentos. Sendo assim, temos como objeto deste estudo, o mercado de Paranaguá, analisando sua construção, a contribuição deste estabelecimento para a divulgação de novos costumes alimentícios, a organização de seu comércio e a sua importância na economia local a partir da metade do século XIX.

Palavras-chave: Praça do Mercado, Século XIX, Paranaguá, Regulamentos

A cidade de Paranaguá, situada no litoral do Estado do Paraná, iniciou a partir do segundo decênio do século XIX, um período de desenvolvimento econômico fomentado pela exportação da erva-mate através de seu porto, localizado nas margens do rio Itiberê. Este florescimento econômico não só beneficiou esta cidade, mas também toda região e nos eventos que se seguiram, como na criação da Alfândega de Paranaguá em 1827, na elevação da vila à categoria de cidade em 1842 e na formação da Província do Paraná em 1853.

Com a formação da Província e a nomeação do primeiro Presidente, Zacarias de Góes e Vasconcellos¹, iniciaram-se ações que objetivavam o melhoramento das principais cidades paranaenses. Dentre essas medidas, podem-se destacar a construção de edifícios públicos necessários a estas cidades, como por exemplo, a praça do mercado, que reunia em um mesmo espaço a venda de diversos produtos agrícolas e industrializados de forma organizada e dentro dos padrões de higiene, vigentes na época.

A construção da praça do mercado em Paranaguá ocorreu através da solicitação de sua Câmara ao recém – criado Governo Provincial do Paraná, onde, [...] lembra a urgente necessidade de huma praça de mercado, e de hum matadouro regular.” A instalação deste edifício tem por finalidade, organizar os vendedores de produtos agrícolas para que pudessem expor [...] à venda aos consumidores da cidade, e, no caso de os não venderem promptamente, achem, mediante hum módico aluguel, quartos para guardal-os até dispor delles [...] (GÓES E VASCONCELLOS, 1854: 49).

Paranaguá contava, no ano da criação da Província do Paraná (1853), com uma população² de aproximadamente 6.533 pessoas, dentre as quais 1.274 eram escravos, enquanto a capital Curitiba possuía 6.791 habitantes. Observa-se a pequena diferença populacional entre as duas cidades, sendo estas as mais povoadas da jovem província e as primeiras a receberem o edifício do mercado.

Após a solicitação, pela Câmara de Paranaguá, para a construção de uma praça do mercado, ocorreu a concessão da quantia pelo governo provincial, em 1856, sendo que, a solenidade de lançamento da Pedra Fundamental do Mercado aconteceu em dezembro de 1857, marcada por grandes festividades e a colocação de três pedras que simbolizavam os acessos principais ao novo edifício. (FERREIRA JUNIOR, 1903)

A obra foi concluída em 1859, “[...] faltando-lhe os portões de ferro, mandados vir do Rio de Janeiro.” (MATTOS, 1859: 30). O mercado de Paranaguá foi construído antes do mercado da capital da Província, Curitiba, que na época iniciava as obras de seu edifício e de São Paulo³, que teria seu primeiro mercado em 1867, onde a obra foi autorizada pelo governo provincial no ano em que Paranaguá inaugurava o seu espaço comercial. Em 29 de setembro de 1859 inaugura-se a

¹ Primeiro Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos ficou no governo por pouco mais de um ano e uma de suas primeiras decisões, foi a instalação da capital da nova província na cidade de Curitiba. (POMBO, 1980)

² Segundo dados publicados no Relatório do Presidente da Província do Paraná, de 15 de julho de 1854.

³ Segundo Reis Filho (1994).

Praça do Mercado com a presença de autoridades e da população, onde ocorreu a entrega das chaves aos locatários das casinhas e posteriormente:

[...]o empreiteiro Ursulino José da Silva, que havia preparado nas varandas do lado do sul, uma meza decentemente arranjada e guarneçada de doces e líquidos finos, adequados a actos semelhantes, obsequiou os concurrentes, convidando-os a tomarem um copo d' água do poço do Mercado, o que sendo unanimemente acceito, com gosto e entusiasmo todos se chegaram á meza e utilizaram-se do que n'ella havia disposto com o maior aceio e ordem que se observa em todo o Edifício. (FERREIRA JUNIOR, 1903: 32-33)

Ursulino José da Silva foi uma figura marcante na Paranaguá da metade do século XIX, sendo responsável por algumas das obras construídas na cidade naquele período. Poucos documentos relatam sobre este construtor, sendo encontrado seu nome em algumas notícias de jornais e atas da câmara, que mencionam sobre a sua responsabilidade na execução de obras, no papel de empreiteiro, como na edificação da torre da igreja de São Benedito, na reforma da igreja Matriz e na construção da Praça do Mercado.

O mercado situa-se em uma região de grande concentração comercial (Figura 1), em que estava localizado o porto da cidade, nas margens do rio Itiberê. A região denominada sítio da ribanceira concentrava, além da área mercantil, o edifício da Casa de Câmara e Cadeia, sede política e administrativa local, que ainda estava em funcionamento naquele período. Temos aqui a consolidação da rua da Praia, margeando o Itiberê, como importante via comercial e alfandegária da cidade, circulando na metade do século XIX, produtos de diversas partes do Brasil e do mundo. A rua da Praia era o principal ponto concentrador de estabelecimentos comerciais no ano de 1863⁴, possuindo 40 num total de 133 estabelecimentos em toda a cidade, ou seja, 30% do comércio de Paranaguá estava concentrado nas margens do rio Itiberê.

A praça do mercado (Figura 2) será uma das primeiras obras com características Neoclássicas em Paranaguá, apesar de sua simplicidade, o edifício contém elementos pouco utilizados na época de sua construção. Construído em alvenaria de pedra, constitui-se de uma planta quadrada em que as 24 casinhas, divididas por um cercado de madeira, estão localizadas em seu entorno, abrindo-se ao interior, onde existia um pátio e ao centro deste pátio encontrava-se uma pequena fonte de água, que servia para a limpeza do local. Sua fachada era simples, marcada pelos três acessos em cada face do edifício. Estes acessos eram encimados por pequenos frontões triangulares, com três portas em arco pleno, assim como também as janelas que circundavam todo o edifício, que continham grades em ferro forjadas no Rio de Janeiro. O mercado era coroado por uma platibanda, marcada pelo friso superior e inferior, que ocultava a cobertura e emoldurava os frontões.

⁴ De acordo com a "Estatística da cidade de Paranaguá da província do Paraná do anno de 1862" publicado no jornal Commercio do Paraná, nº 58 de 7 de janeiro de 1863.



Figura 1: Situação da praça do mercado: 1. Rio Itiberê / 2. Rua da Praia / 3. Praça do Mercado / 4. Casa de Câmara e Cadeia.

Fonte: Prefeitura Municipal de Paranaguá, 2002/ Adaptado pelo autor, 2010.



Figura 2: A Praça do Mercado no início do século XX

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá

Após a construção da Praça do Mercado, nas margens do rio Itiberê, uma novidade na cidade de Paranaguá, foi estabelecida a administração e nomeados os funcionários deste edifício, através de certas regras implantadas para o seu funcionamento. Estas leis estão contidas nos Códigos de Posturas da cidade, e englobam questões de higiene, organização das casinhas de venda,

impostos a serem cobrados, dentre outros aspectos. Uma destas normas está contida no Código de Posturas de 1877, intitulada “Regulamento da Praça de Mercado de Paranaguá”.

Segundo o regulamento, a Praça do Mercado é

[...] logar desta cidade, com edificio apropriado, aonde devem ser expostos a venda os gêneros próprios de quitanda, a carne verde, e peixe e toda a qualidade de pescado para alimentação que diariamente se consome; os quaes deverão ser collocados nelle, segundo as suas divisões, em casinhas, bancos, vãos de columnas e centros da praça na forma determinada neste regulamento. (PARANAGUÁ, 1877: 33)

Os produtos a serem vendidos no interior do mercado, foram organizados através de sua setorização, temos em uma sequência de casinhas a exclusividade da venda de carne verde, visto que os animais deveriam ser esquartejados somente no Matadouro Municipal, seu sangue enterrado e a carne transportada até o mercado em “[...] carros perfeitamente fechados, de forma que não venham a vista” (PARANAGUÁ, 1877: 22). Já os pescados e mariscos deveriam ficar em outro conjunto de casinhas, sendo que os produtos frescos seriam vendidos somente no dia, apenas os pescados secos ou salgados não seguiam esta regra. Outra área de venda eram os vãos de colunas, alugados para as quitandeiras, onde cada vão era o espaço destinado para uma vendedora (PARANAGUÁ, 1877).

Posteriormente, em 1887, foi construído um chalet de madeira, [...] destinado à venda do pescado” (FERREIRA JUNIOR, 1903: 3), localizado defronte à praça do mercado. Este pequeno edifício pode ser visto em algumas fotografias daquele período (Figuras 3 e 4), no qual se observa o trabalho na estrutura de madeira, com elementos vazados, lambrequins e telhas metálicas, possivelmente influenciado pela arquitetura do norte da Europa.

Uma descrição sobre o edifício do mercado é do viajante Émile de Saint-Denis, de aproximadamente 20 anos após sua construção. O autor comenta sobre o pátio interno e o seu funcionamento, destacando as áreas setorizadas dos produtos e a movimentação de pessoas e mercadorias:

Le marché de Paranaguá est un grand bâtiment carré divise en quatre parties: poissonnerie, boucherie, épicerie, legumes, etc., et mercerie.

Ce bâtiment est spacieux. Prope et bien entretenu, au milieu une Fontaine coule toute la journée dans un bassin de granit.

Devant le marché est un débarcadère ou une trentaine de pirogues remplies de poissons et de legumes; les bateliers s'em disputent l'accès avec dès jurons de nègres assez semblables à ceux de nos maraichers ou poissonniers.⁵ (SAINT-DENIS, 1898: 108-113)

⁵ “O mercado de Paranaguá é um grande edifício quadrado dividido em quatro segmentos: peixaria, açougue, mercearia, vegetais, etc., e armarinho.

O edifício é espaçoso, limpo e bem mantido, em seu centro uma fonte d' água jorra todos os dias em uma base de granito. Em frente ao mercado está um píer com trinta canoas cheias de peixes e de vegetais, os barqueiros disputam a entrada com palavrões de negros semelhantes aos nossos vendedores de hortaliças e peixeiros.” (Tradução do autor)

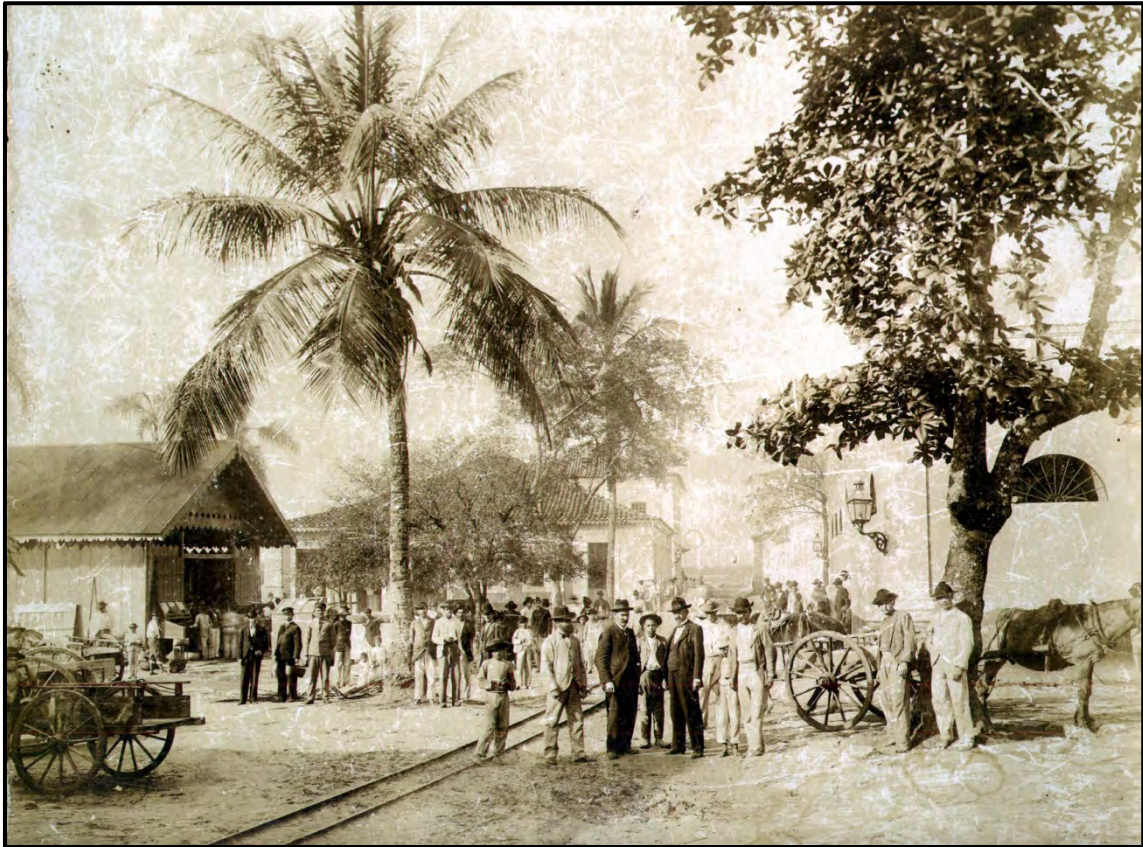


Figura 3: Em meio aos populares, observa-se do lado direito da fotografia, de fins do século XIX, o mercado com suas janelas em arco e no lado esquerdo está o chalé de pescados em pleno funcionamento.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá



Figura 4: Defronte ao chalet dos pescados, o rio Itiberê, onde estão atracados os barcos dos pescadores que já entregaram a coleta do dia, fins do século XIX
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá

Até uma fonte de água foi instalada no interior da praça, para seu uso exclusivo na limpeza e no abastecimento das casinhas comerciais, ou seja, o mercado já possuía sua própria fonte de água, algo novo em uma cidade que não tinha água encanada em suas edificações e onde o abastecimento das casas e outros edifícios eram feitos através de algumas fontes de uso público.

Para controlar o uso da fonte, aplicar as normas e fiscalizar as condições sanitárias, o Mercado possuía uma figura importante, chamado de Guarda da Praça. Este funcionário era nomeado pela Câmara da cidade e tinha a função de executar as normas estabelecidas pelas Posturas e de receber os impostos a serem pagos pelos mercadores. O guarda abria e fechava os portões, organizava os vendedores em suas casinhas, verificava a limpeza do interior e do exterior do edifício, organizava a coleta dos impostos e controlava os horários de entrada e saída de pessoas do local.

Este controle exercido pelo Guarda da Praça, também lhe beneficiava em negócios ilegais. No ano de 1862 o jornal *Comércio do Paraná*⁶, denunciou que este funcionário comprava grandes quantidades de produtos para o seu próprio comércio, situação proibida pelas normas estabelecidas nas Posturas e assim tornando-se alvo de críticas pela imprensa local.

Quanto aos artigos comercializados no mercado, temos neste período, grande parte deles advindos de outras regiões do Brasil e da América do Sul, já que pouca coisa era produzida no litoral, onde a economia local estava voltada à exportação da erva-mate e na extração da madeira. Parte da população era direcionada a trabalhar nestes setores, deixando as plantações de alimentos para um segundo plano. Críticas sobre esta exclusividade na produção e na exportação da erva-mate são encontradas nos comentários de Demétrio Acácio Fernandes da Cruz: “Ao presente, á exepção da herv a mate e da madeira, tudo o mais é importado por esta mesma cidade, cuja agricultura foi outr’ora tão florescente; acrescendo a este triste quadro a carestia dos fretes e a exorbitância dos mesmos, autorizada pelo monopólio.” (CRUZ, 1863: 117-118) Rocha Pombo, no início do século XX, também comenta sobre o assunto, relatando que mesmo em uma região de solo fértil, os habitantes são obrigados a “importar desde a maior parte dos cereais indispensáveis ao consumo geral até a carne do Rio Grande e do Prata”. (POMBO, 1980: 93).

Era muito mais cômodo para os trabalhadores paranaenses ocuparem-se da extração de erva-mate, que não exigia grandes processos para o seu beneficiamento , do que trabalharem em plantações de alimentos que despendiam mais tempo e mão de obra, visto também que a espécie era comum em toda a região sul do Paraná (WESTPHALEN, 1998). O cultivo da erva-mate era muito mais simples e sua rentabilidade, maior.

A importação dos produtos agrícolas para o comércio local foi, em grande parte, realizado através do porto de Paranaguá, situado nas proximidades do mercado, na região da rua da Praia (Figura

⁶ “O guarda da praça do mercado tem comprado gêneros em porção para seu negócio, pergunto: pode elle fazer isso quando as posturas da camara prohibem completamente? Tanto mais quando esse empregado devia ser o primeiro a dar o exemplo? Que diz o Snr. Fiscal, neste cazo não quer se comprometter, ou fecha os olhos para não ver? Esperamos que esta simples pergunta será sufficiente para correcção deste abuso, do contrario voltará a imprensa.” (O Vigilante. Praça do Mercado. **Commercio do Paraná**, Paranaguá, 1 mar. 1862: 4).

4). Observa-se nos relatórios de importação, destacados nos jornais da cidade na década de 1860⁷, a chegada de artigos como a carne-seca vinda de Montevideú, o couro de Minas Gerais, o feijão, a farinha de trigo, o arroz, o toucinho, o açúcar, a banha de porco, o bacalhau e o café, dentre os mais citados naquele período.

O arroz, o feijão e as carnes eram itens importantes na alimentação da população brasileira do século XIX. O viajante Bigg-Wither em uma visita à cidade de Antonina, no litoral paranaense, na década de 1870, descreveu sobre um dos jantares servidos no hotel em que estava hospedado:

“Quase duas horas depois de dado o pedido, posta uma longa mesa para vinte pessoas, que rangia sob o peso dos pratos de carne cozida, frango, arroz e feijão preto, enquanto uma fila de garrafas, algumas com o conhecido rótulo de Bass and Co., enfeitava o centro e em cuja cabeceira o Sr. Pascoal fazia as honras da casa, dentro da boa moda antiga.”
(BIGG-WITHER, 1974: 64)



Figura 4: Movimentação de mercadorias no antigo porto de Paranaguá, às margens do rio Itiberê, final do século XIX.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

Segundo outro viajante, o americano Daniel Kidder, o prato mais apreciado por brasileiros e estrangeiros nos jantares, geralmente servido às duas da tarde era o:

[...] feijão, (feijão preto do país) misturado com carne seca e toucinho. Farinha é espalhada por cima, ou, preparada como uma pasta espessa. Essa farinha é o pão para milhões de pessoas, e é o principal alimento dos pretos em todo o país, que a consideram como

⁷ Levantados no jornal Commercio do Paraná, da década de 1860.

prejudicada em seu paladar quando comida sem os dedos.” (KIDDER; FLETCHER, 1941: 191-192, Vol. 1)

Além do consumo de produtos agrícolas, temos naquele período, algumas vendas de artigos industrializados, que geralmente eram importados de países europeus. Em jornais de Paranaguá, da década de 1860, são encontrados anúncios que divulgam produtos como: sutaches de lã (espécie de trança de seda), perfumaria, toalhas de linho, agulhas de tricô, pós da china para os dentes, tintura de arnica e outros. Quanto aos alimentos, eram trazidos ao comércio as manteigas inglesas, queijos do reino, vinho do Porto, cerveja inglesa, banha de Baltimore e outros produtos importados.⁸

Os produtos importados eram sinais dos novos costumes implantados na corte brasileira, em que a influência da culinária européia e o interesse em comerciar estes artigos, beneficiaram no aumento do seu consumo. Este aumento foi resultante da divulgação destes alimentos e produtos pelos jornais da época e da chegada dos imigrantes ao Brasil que trouxeram, além da mão de obra, suas tradições alimentares. (ALENCASTRO; RENAUX, 2008). Em fins do século XIX, os paulistas já se habituavam aos novos costumes alimentares, introduzindo em seu cardápio verduras e legumes, massas e salsicharia, os italianos vendiam os miúdos, comprados no matadouro e os alemães, gelo e cerveja, outras famílias cultivavam frutas européias as adaptando ao clima brasileiro. (REIS FILHO, 1994)

Apesar da chegada de produtos importados, alguns destes artigos poderiam ser produzidos na região, o que não ocorria, causando estranheza aos viajantes que passavam pelo Paraná naquele período. Mesmo a capital da Província estava sujeita a estes problemas, como relata Robert Avé-Lallemant em 1870, aproximadamente: “Em Curitiba, capital de uma Província célebre pela sua criação de gado, sempre encontrei manteiga velha e mesmo rançosa, aliás recebida da Inglaterra. O queijo que vi era da Holanda. O leite às vezes é um artigo caro; às vezes não se encontravam ovos e mesmo a carne é cara” (Avé-Lallemant, 1980: 283).

O mercado, em grande parte, foi responsável pela divulgação destes produtos industrializados, sendo que estes edifícios foram estabelecidos em cidades que não possuíam plantações de alimentos em suas proximidades. Segundo Murillo Marx (1980: 81-82):

Geralmente de banda e na borda da cidade, vieram os mercados enriquecer o cenário existente com prédios singelos de madeira ou de alvenaria, com simples coberturas ou pátios fechados, com construções mais audaciosas a introduzir entre os materiais empregados o ferro e o vidro. São todos símbolo da ação reguladora do Estado e da sua responsabilidade para com o abastecimento de uma gente cidadina, que não planta o que come.

Quanto ao controle do Estado sobre o abastecimento de alimentos, isto pode ser observado nas posturas municipais de Paranaguá, onde em épocas de escassez de produtos, o Guarda da Praça

⁸ COMMERCIO DO PARANÁ. Largo da Praça do Mercado. Commercio do Paraná, Paranaguá, nº 88, p. 4, 5 de setembro de 1863

controlaria a sua venda de forma proporcional ao número de clientes, para que a maioria pudesse adquirir os alimentos necessários. (PARANAGUÁ, 1877).

A concentração comercial em um único edifício possibilitou ao Estado, não só o controle sobre os alimentos a serem vendidos, mas também na cobrança dos impostos destes produtos, já que era possível levantar de forma mais precisa o número de transações e cobrar as taxas sobre as mercadorias vendidas. Temos aqui, portanto, uma fiscalização mais minuciosa do que nas vendas espalhadas pela cidade e também dos escravos de ganho, que pelas ruas vendiam seus produtos aos moradores e eram proibidos de entrar no interior do mercado. Além do aluguel das casinhas e vãos, são cobrados dos vendedores, taxas sobre os produtos, impostos sobre as licenças anuais para o comércio, taxas para aferição de balanças, pesos e medidas e os alvarás para a abertura de vendas no mercado.

Em uma tabela de orçamentos do município de Paranaguá, estão especificados os rendimentos do mercado, constando o aluguel dos quartos e dos espaços das quitadeiras estabelecidas nos vãos das colunas, de produtos como o toucinho, a banha, a carne, os pescados, os queijos, os cereais, as batatas, a farinha, dentre os principais. Temos como resultante da arrecadação do mercado, especificados para o ano de 1896, o valor de 117:700\$000, enquanto as licenças anuais sobre o comércio, escritórios, consultórios e outros estabelecimentos da cidade, resultando em uma arrecadação de 95:000\$000 (PARANAGUÁ, 1896). No ano de 1902 (Tabela 1) a arrecadação deste estabelecimento já concorria com os impostos do cais do porto, dos gêneros negociados no município, das licenças anuais e do imposto predial, ou seja, o mercado era uma fonte importante de arrecadação de impostos para Paranaguá.

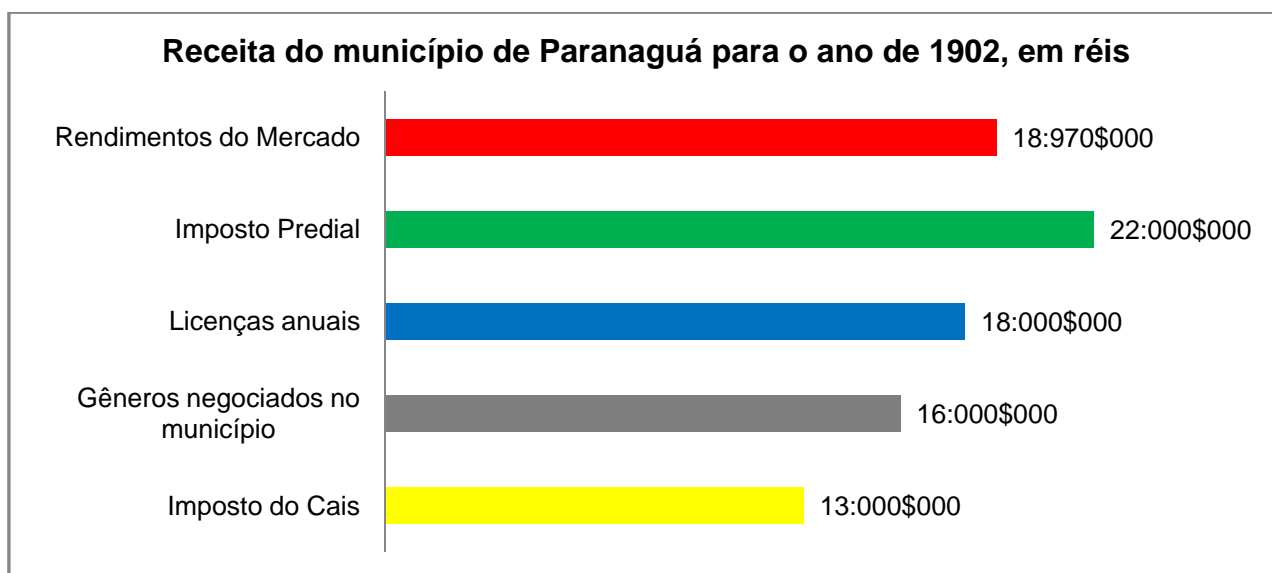


Tabela 1: Principais receitas do município de Paranaguá, para o ano de 1902.
Fonte: Leis da Câmara Municipal de Paranaguá, 1902.

Até a própria localização do edifício, defronte à Câmara da cidade, aumentou ainda mais o controle sobre a Praça do Mercado, que rendia consideráveis lucros em impostos ao município e,

portanto, era necessária a fiscalização diária do guarda da praça e de outros funcionários da cidade, para que todos os rendimentos fossem arrecadados. O local da instalação da Praça do Mercado era conveniente ao município, já que de um lado estava o poder público, a Câmara e Cadeia, que fiscalizava e arrecadava os impostos e de outro o porto de Paranaguá e o rio Itiberê de onde chegavam as mercadorias para o seu abastecimento.

A introdução da Praça do Mercado na cidade de Paranaguá, foi o início da organização do seu comércio, concentrando em um mesmo espaço as opções de vendas de produtos a serem consumidos pela população local, distribuídos de forma setorizada, em que cada tipo de artigo era concentrado em um conjunto de casinhas comerciais. Esta organização espacial se fundamentava nos regulamentos introduzidos através dos Códigos de Posturas da cidade, que traziam as normas para o funcionamento do mercado e as exigências nos padrões de higiene e aceio deste ambiente. Eram novas preocupações de uma cidade que se transformava, a partir da metade do século, com a introdução de exigências para o melhoramento de sua estrutura urbana no século XIX.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. **Caras e modos dos migrantes e imigrantes**. In: NOVAIS, Fernando A. História da Vida Privada no Brasil. Vol. II. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 291– 336.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. **Novo Caminho no Brasil meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos – 1872/1875**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.

COMMERCIO DO PARANÁ. Estatística da cidade de Paranaguá da província do Paraná do ano de 1862 – Offerecido pelo presidente da camara municipal Caetano de Souza Pinto, em sessão ordinária deste anno. **Comercio do Paraná**, Paranaguá, nº 58, p.4, 7 de janeiro de 1863.

_____. Largo da Praça do Mercado. **Comercio do Paraná**, Paranaguá, nº 88, p. 4, 5 de setembro de 1863

CRUZ, Demétrio Acácio Fernandes da Cruz. **Apontamentos Históricos Topographicos e Descritivos da Cidade de Paranaguá**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1863.

FERREIRA JUNIOR, Joaquim Mariano de. **Collecção de Factos Occorridos nos anno de 1853 à 1903**. [manuscrito]

GÓES E VASCONCELLOS, Zacarias de. **Relatório do Presidente da Província do Paraná o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de Julho de 1854**. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.

KIDDER, Daniel Parrish; FLECHTER, James Cooley. **O Brasil e os Brasileiros - Esboço Histórico e Descritivo**. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

MARX, Murillo. **Cidades Brasileiras**. São Paulo: EDUSP/Melhoramentos, 1980.

MATTOS, Francisco Liberato de. **Relatório que ao illustrissimo e excelentíssimo Senhor Presidente da província do Paraná Dr. Francisco Liberato de Mattos apresenta o Dr. Joaquim Ignácio Silveira Mota**. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859.

O VIGILANTE. Praça do Mercado. **Commercio do Paraná**, Paranaguá, nº 9, p. 4, 1 março 1862.

PARANÁ. **Leis da Câmara Municipal de Paranaguá**. [s.l.]: Typ. L. M. de Souza, 1902.

PARANAGUÁ. **Código de Posturas da Câmara Municipal de Paranaguá**. Aprovado pelo decreto nº 448 de 13 de abril de 1877. Paranaguá: Typographia de F.R. Vianna, 1877.

PARANAGUÁ, Instituto Histórico e Geográfico de. **Acervo Fotográfico**. Consultado em agosto de 2009.

PARANAGUÁ. **Lei Orgânica do Município de Paranaguá**. Paranaguá: [s.n.], 1896.

POMBO, José Francisco da Rocha. **O Paraná no Centenário (1500-1900)**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **São Paulo e outras cidades - Produção social e degradação dos espaços urbanos**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAINT-DENIS, Emille de Saint. **Au Brésil de Rio de Janeiro a Paranaguá**. Paris: Imprimerie E. Flammarion, 1898.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Porto de Paranaguá, um sedutor**. Curitiba: Secretaria do Estado e da Cultura, 1998.